

Corpo, saúde e materialidades

Body, health, and materialities

Pedro Paulo Gomes Pereira^a

 <https://orcid.org/0000-0002-0298-2138>

E-mail: pedro.paulo@unifesp.br

^a Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Medicina.
Departamento de Medicina Preventiva. São Paulo, SP, Brasil.

O Dossiê que o leitor tem em mãos aborda temas como circulação, apropriação e mercantilização de biomatérias-primas; genealogia do sistema brasileiro de ética em pesquisa; doença de Alzheimer e o lugar da diferença na produção neurocientífica; corpos imunológicos, produzidos a partir dos transplantes de coração e corpos biônicos em seus arranjos com corações artificiais; encontros intepistêmicos e as desestabilizações que produzem nas universidades. Os problemas que os artigos vão apresentando tocam em pontos cruciais para as ciências sociais contemporâneas e interpelam o campo da saúde na medida em que deslocam (ou contorcem) convenções compartilhadas.

Dissertando sobre saúde pública, Didier Fassin (2008, p. 6) sustentou a centralidade daquilo que ele denomina “corte entre natureza e cultura”. Segundo ele, as ações em saúde e as pesquisas girariam em torno de tal corte, que enseja, de um lado, uma natureza universal e, de outro, uma multiplicidade de conformações socioculturais. Mesmo em disciplinas mais sensíveis a saberes-outros, como a antropologia, continuamos a insistir na relação entre a unidade biológica do homem e a diversidade cultural (Viveiros de Castro; Goldman, 2008).

De certa forma, parece nos dizer Fassin (2008), cientistas sociais e biomédicos acabam por pactuar com essa grande divisão como regra básica do jogo. Os cientistas sociais cuidam dos fenômenos relacionados à cultura ou à sociedade; os biomédicos, por sua vez, dos referentes à natureza. Estamos imbricados numa grande divisão natureza-cultura que nos leva, como vêm assinalando autores como Bruno Latour (1994), à conclusão de uma natureza universal entendida e dominada por meio da ciência, servindo como justificativa para equiparar o pensamento moderno, a ciência, a biomedicina e a verdade universal.

Tudo acontece como se devêssemos operar sob a égide dessa divisão, já que sob ela aprendemos e atuamos. Todavia, o que isso tem a ver com o que

Correspondência

Pedro Paulo Gomes Pereira

Rua Botucatu, 740, 5 andar, sala 563. São Paulo - SP, Brasil. CEP 04023-900

estamos fazendo efetivamente? Dado como ponto de partida de nossas investidas, esse dualismo natureza-cultura (e essa assunção de universalidade biológica e diversidade cultural) conseguiria dar conta de nossas indagações e pesquisas?

O dualismo natureza-cultura organiza o pensamento dos modernos. Pelo menos é o que sustenta Latour (1994), para quem a separação entre natureza e cultura – por ele pensada como “purificação” ou como “repartição ontológica” – está na base da composição da ciência moderna e da modernidade. À vista disso, o “acordo constitucional” refere-se à separação categórica, no século XVII, entre ciência e política: a ciência engajada em revelar a natureza (alheia à ação humana) e a política em construir os coletivos humanos. Latour provoca insistentemente: “jamais fomos modernos”, já que nunca conseguimos separar natureza e sociedade. Ao contrário, houve proliferação dos híbridos, mesmo que de forma oculta.

A despeito dessa separação, continuamos articulando em rede elementos heterogêneos. Estamos caminhando para um mundo não moderno: o tal “acordo constitucional” passa por uma crise, uma vez que deixamos de nos representar de modo adequado a partir dele (Latour, 1994). O dualismo natureza-cultura é insuficiente e não opera como deveria. Como o leitor poderá acompanhar, os artigos que compõem este Dossiê apontam para essa insuficiência.

É o que se pode observar, por exemplo, na discussão sobre corações artificiais. Nela, Marisol Marini, Marko Monteiro e Jennifer Slatman se debruçam sobre materialidades, práticas, moralidades e pressupostos em torno dos corações artificiais, localizando distintas naturezas e o vínculo ao corpo-máquina tecido no âmbito biomédico. O texto é fruto de uma etnografia realizada em um laboratório de bioengenharia e em um hospital de cardiologia. A autora principal iniciou em 2013 o acompanhamento dos seus interlocutores em suas atividades de pesquisa (inclusive em locais que extrapolavam os laboratórios e hospitais). Presenciou os testes *in vitro* realizados no período de 2013 a 2017, os testes *in vivo* entre 2014 e 2015, e realizou entrevistas. No artigo, parecem sugerir os autores, o que se aventa agora é a construção biomédica do biológico, que

confunde definitivamente as fronteiras entre prótese e órgão artificial, mostrando que a reinvenção do corpo zomba do termo “artificial”. Trata-se, então, de engenho que obscurece as diferenças entre natural e artificial, entre biológico e invenção cultural. Na busca de descrever os distintos entrelaçamentos material-semióticos das tecnologias, os autores concluem que soluções técnicas diferentes fazem emergir diferentes corpos.

Haraway já previa que as tecnologias do final do século XX tornariam completamente ambíguas as diferenças entre natural e artificial, corpo e mente, autodesenvolvimento e projeto exterior, além de outras distinções que costumavam aplicar-se a organismos e máquinas. “Nossas máquinas”, afirmou Haraway (1991, p. 152), já há algum tempo “são perturbadoramente vivas e nós apavorantemente inertes”. Como pensar nesse dualismo natureza-cultura diante de corpos-máquinas, órgãos artificiais e na produção biomédica da vida? Latour vai propor que esses conceitos deveriam ser submetidos a uma espécie de “terapia”, de modo a se desprenderem de projeções habituais. O que fazer, indaga Latour (1994, p. 15), com coisas que são tão “reais como a natureza, narradas como discurso e coletivas como a sociedade”? O que fazer nas zonas de indefinição entre humanos e não humanos? Diante de perguntas como essas, diversos pesquisadores vêm debatendo em torno de híbridos, *cyborgs* e pensando em zonas de fronteira onde a divisão entre natureza e cultura não faz sentido.

Donna Haraway (1991) utilizou *cyborg* como uma metáfora para falar da fusão de animal e máquina, na busca de descartar as grandes oposições entre natureza e cultura que perpassam grande parte do nosso pensamento. O *cyborg* materializa novos significados para a natureza, o corpo humano e as relações de diferença. Haraway argumenta que as tecnologias da comunicação e as biotecnologias são ferramentas cruciais no processo de remodelação de nossos corpos. Essas ferramentas corporificam e impõem novas relações sociais. Estão surgindo novos tipos de limites, fluidos e imprecisos, que rompem com os dualismos modernos corpo/mente, natureza/cultura, corpo/máquina. O *cyborg* não só implica novas formas de controle e de poder, mas também pode significar realidades sociais e corporais

vividas, nas quais as pessoas não se intimidam com a estreita afinidade com animais e máquinas, que não receiam identidades permanentemente parciais e posições contraditórias. A lógica do corpo estável, permanente e imutável (e de uma universalidade biológica) depara-se com figuras que impõem a confusão de fronteiras entre humano e animal, e entre o animal-humano (organismo), de um lado; a máquina, e a fronteira entre o físico e o não físico, do outro. Trata-se de assunto bastante discutido nas Ciências Sociais, sensíveis aos problemas da constituição das ciências modernas, bem como a questões de gênero e sexualidade - regiões em que o dualismo natureza-cultura parece vacilar. É provável que os fatos internos à própria ciência contribuam para a crítica da separação moderna entre natureza e cultura.

Somos, portanto, “testemunhas modestas” (Haraway, 1991) de mudanças daquilo que se entende como biocorpo: implantes, transplantes, órgãos artificiais, mapeamento genético, clonagem, produção industrial de kits de testes para diagnósticos, novos medicamentos etc. Essas testemunhas de mudanças possibilitadas pela biotecnologia vêm transformando o substrato biológico do homem. A biomedicalização inventou capacidades sem precedentes de manipulação da vida, concebendo novas entidades cuja existência decorre das próprias intervenções científicas e médicas: embriões criados por meio de técnicas de fecundação *in vitro*; células-tronco (ou células estaminais) embrionárias ou sangue artificial; transplantes de órgãos; portadores de características genéticas detectáveis por meio de novos meios de diagnóstico. A biotecnologia expõe a possibilidade de transformar o substrato biológico do homem.

Tal mudança está em curso por meio de técnicas como a reprodução *in vitro*, a clonagem, a intervenção no genoma humano, os transplantes e o advento de homens-máquina ou *cyborgs*. E ainda: a biomedicina redefiniu o conceito de morte, por meio da suspensão da morte celular, com o objetivo de conservar órgãos para transplante; possibilitou bases de dados e biobancos que permitem preservar, gerir e tornar partilhável informação genética, transformando-a num bem comercializável; criou recursos como os testes pré-sintomáticos, o diagnóstico pré-natal

ou o genético pré-implantatário de embriões; estabeleceu intervenções que permitem “corrigir” a infertilidade feminina e masculina - como as técnicas de reprodução medicamente assistida -; desenvolveu pesquisas sobre as terapias gênicas e sobre as células-tronco e a clonagem, com fins terapêuticos, de células e tecidos, ou das nanociências e nanotecnologias, que mostrariam o caminho de uma medicina regenerativa; expandiu a farmacogenômica, com o projeto de produzir medicamentos “sob medida”, em função do perfil genético de seus destinatários (Nunes, 2006; Raposo; Areosa, 2009).

Não é à toa que a discussão sobre temas como parentesco euroamericano e sistemas de propriedade intelectual têm aparecido nos trabalhos mais recentes da antropóloga Marilyn Strathern (1992; 1999). A história é mais ou menos assim: Thomas Laqueur (2001) havia assinalado o Iluminismo como o período em que o mundo físico passa a ser percebido como real e os significados culturais como epifenômenos. O corpo passa a ser então compreendido como o fundamento epistêmico para prescrições sobre a ordem social. Por sua vez, David Schneider (1968) pressupôs que, sendo a conexão biogenética a definição da concepção nativa norte-americana de parentesco, a descoberta pela ciência de novos fatos sobre essa relação poderia acarretar a transformação das noções dos nativos ocidentais. A reprodução era tomada como exemplo do processo natural, porém a assistência prestada por tecnologias, como a inseminação artificial e a fertilização *in vitro*, tem posto em questão não somente a naturalidade do processo, como também a própria noção de natureza, como tem demonstrado Strathern (1992; 1999) - e, aqui no Brasil, por exemplo, Naara Luna (2004).

Envolvendo-se nesse campo, o artigo de Estefania Izrael e Alejandra Roca direciona o olhar para as materialidades da fertilização assistida e mostra como são produzidas “parentalidades híbridas”. O trabalho se ancora no diálogo entre quatro experiências de campo realizadas na cidade de Buenos Aires, que se voltaram para Técnicas de Reprodução Humana Assistida (TRHA) e a gestação por substituição. Os registros analisados foram obtidos por meio de entrevistas em profundidade,

realizadas entre 2007 e 2010 e entre 2017 e 2021 com trabalhadores de agências de barriga de aluguel nos Estados Unidos, profissionais vinculados a procedimentos em clínicas de fertilidade na Argentina e usuárias que atenderam a essas práticas. O estudo se voltou para questões como a produção de vida a partir de biofragmentos e os processos de estabilização do embrião como artefato da dimensão contextual; práticas e procedimentos de doação de óvulos em clínicas de fertilidade; gestação por substituição e experiências parentais em casais gays. O sentimento é que tais invenções nos colocam no núcleo das delicadas questões engendradas pelas hibridações. Os objetos técnicos com os quais convivemos, os diferentes artefatos que atualmente nos rodeiam, estão todos, de uma maneira ou de outra, e em graus diversos, ligados aos sujeitos, em comunicação com eles e em relação com seus corpos. Mas as autoras também demonstram como as interpretações e sensibilidades são **situadas** na trajetória da Argentina.

O que nos leva a pensar, com Annemarie Mol (1998; 1999; 2002), em corpos múltiplos em distintas realidades, mundos habitados por outros. Em sua proposta, deixaríamos a convenção “uma única realidade (o corpo) e muitas perspectivas (ou representações culturais) sobre ele”, passando a perceber práticas, discursos e eventos que se constituem para a articulação de novas entidades, sempre situadas em algum lugar e tempo, não havendo qualquer princípio extra-histórico que explique sua existência ou que possa ser invocado para defini-las ou estabelecer sua essência. Em vez da invariabilidade da biologia, do mundo objetivo e na variação dos modos de representá-los (ou seja, representações infundáveis sobre um mundo unificado), surgem conexões parciais entre mundos diversos.

Se as interpretações são situadas, a própria produção da ciência deve ser contextualizada. Dessa forma, Erica Renata de Souza, Marko Monteiro e Flora Gonçalves refletem sobre o lugar da diferença na produção neurocientífica, analisando o Alzheimer pelo prisma de gênero, mas também de raça-etnia, classe social e outras condicionantes. Os autores buscam verificar a presença (ou ausência) de gênero e outros marcadores sociais nas pesquisas sobre a

doença. Voltando a observação para a produção da ciência - sobretudo a que auxilia na elaboração de políticas de prevenção e tratamentos -, perguntam como se considera a diferença nessas ações.

Tal caráter, situado pelas divergências mostrada pelos autores, nos faz lembrar que essa miríade de biotecnologias e de agências se defronta com a longa história de colonização e de dependência em situação pós-colonial. Também vamos nos dando conta de questões como: 1) O corpo submetido somente à vontade humana, potencialmente imortal, percebido por uma visão voluntarista, como se se tratasse de um vestuário que podemos colocar, retirar e customizar (Haraway, 1991; Hayles, 1999); 2) A denegação e o assédio da morte, que passa a nos obsedar - como alertava Baudrillard (1976); 3) A reificação dos corpos, como havia alertado Taussig (1992). Sem tirar a potência dessas análises, o desafio maior talvez seja o de apostar na elaboração criativa de nossos interlocutores.

É o que procura fazer César Guimarães, ao assinalar como o “encontro de saberes” coloca em diálogo conhecimento científico e saberes orientados pelas entidades espirituais da Umbanda, em um encontro intepistêmico com a mestra quilombola e umbandista Maria Luiza Marcelino. Nesses encontros, diante de noções-outras de cura e de adoecimento, a biomedicina é interpelada - e o que surge não é uma crítica de fora da biomedicina (ou da ciência), tratada como se fosse um todo homogêneo, mas uma busca de diálogo, um entretecer de narrativas e posições. Maria Luiza Marcelino apresenta uma formulação sobre como a saúde está em relação à violência, racismo e exploração da população negra. A doença é, assim, algo que extrapola o corpo próprio e envolve seres, entidades. Aqui, desenha-se novas possibilidades, em coalizões políticas entre entidades, humanos e terra.

Interpretações locais, encontros de saberes que se deslocam, e interpelações dos movimentos sociais e bioativismos trazem um quadro de busca de diálogo e entendimento, mas também de conflitos e mal-entendidos, conduzindo as discussões e ações em torno da ética em pesquisa. Sobre esse tema, Rosana Castro vai analisar o quadro de contestação em que as demandas políticas foram

agenciadas em termos éticos. A pesquisa se debruça sobre a atuação de movimentos sociais diante dos ensaios clínicos com Norplant, nos anos 1980, e com antirretrovirais nos anos 1990, demonstrando como são fundamentais para a compreensão dos distintos momentos de institucionalização da ética em pesquisa no país e suas respectivas orientações políticas. O texto consegue elucidar as relações entre movimentos sociais, bioativismos e suas relações com a garantia de direitos e o papel do Estado e da sociedade civil na regulamentação das práticas científicas.

Enfim, os artigos compõem um Dossiê denso e complexo. E depois da experiência de leitura dos textos, poderíamos voltar à assunção da “universalidade biológica e diversidade cultural” e - diante da recriação da biologia e dos corpos pela biomedicina; da intensa circulação de órgãos e tecidos humanos e dos sérios esforços para recriá-los; de órgãos artificiais e de próteses em intensa ligação com o corpo humano; da circulação, apropriação e mercantilização de biomatérias primas; do lugar da diferença na produção neurocientífica; dos embates sobre ética em pesquisa e dos encontros interepistêmicos - indagar, invertendo a proposição inicial, sobre a diversidade do biológico. Isto muda substancialmente as regras do jogo que vínhamos entretendo ou, pelo menos, poderia alterá-las.

O que estou sugerindo é que essas formas de vida emergentes (Fischer, 2003) nos interpelam radicalmente, fazendo-nos questionar se nossas convenções, metáforas, vocabulário e sintaxe ainda são razoáveis num contexto fluido e em mutação como o que este Dossiê nos apresenta. E, talvez, nesse complexo entrecruzar de técnicas, dispositivos, corpos e enfermidades, encontre-se o grande desafio para as Ciências Sociais contemporâneas: o de se reinventar continuamente.

Referências

- BAUDRILLARD, J. *L'Échange symbolique et la mort*. Paris: Gallimard, 1976.
- FASSIN, D. *Faire de la santé publique*. Paris: Presses Ehesp, 2008.
- FISCHER, M. M. J. *Emergents forms of life and the anthropological voice*. Durham: Duke University Press, 2003.
- HARAWAY, D. J. *Simians, cyborgs and woman: the reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991.
- HAYLES, N. K. *How we became posthuman: virtual bodies in cybernetics, literature and informatics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
- Latour, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- MOL, A. Missing links, making links: the performance of some atherosclerosis. In: BERG, M.; MOL, A. (Ed.). *Differences in Medicine: unravelling practices, techniques and bodies*. Durham: Duke University Press, 1998. p. 144-165.
- MOL, A. Ontological politics: a word and some questions. In: LAW, J.; HASSARD, J. (Ed.). *Actor network theory and after*. Oxford: Blackwell Publishing, 1999. p. 74-89.
- MOL, A. *The body multiple: ontology of medical practice*. Durham: Duke University Press, 2002
- LAQUEUR, T. *Inventando o Sexo: Corpo e gênero dos gregos à Freud*. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2001.
- LUNA, N. Novas tecnologias reprodutivas: natureza e cultura em redefinição. *Campos*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 127-156, 2004.
- NUNES, J. A. *A pesquisa em saúde nas ciências sociais e humanas: tendências contemporâneas*. In: *Congresso da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Pública, 8., Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Abrasco, 2006. p. 1-12.*
- Raposo, H.; Areosa, J. As Novas Tecnologias Médicas e a Reconfiguração da Saúde: entre Riscos e Incertezas. In: *Anais do Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, 10., 2009, Braga. *Anais... Braga: Universidade do Minho, 2009. p. 1-9.*
- SCHNEIDER, D. M. *American Kinship: A cultural account*. Chicago: University of Chicago Press, 1968.

STRATHERN, M. *Reproducing the future: Essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies*. Abingdon: Routledge, 1992.

STRATHERN, M. Regulation, substitution and possibility. In: EDWARDS, J. et al. *Technologies of Procreation: kinship in the age of assisted conception*. Abingdon: Routledge, 1999. p. 171-216.

TAUSSIG, M. Reification and the consciousness of the patient. In: TAUSSIG, M. *The nervous system*. Abingdon: Routledge, 1992. p. 83-106.

VIVEIROS DE CASTRO, E.; GOLDMAN, M. O que pretendemos é desenvolver conexões transversais. In: SZTUTMAN, R. (Org.). *Eduardo Viveiros de Castro*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008. p. 226-259.

Recebido: 20/06/2022

Aprovado: 20/06/2022